



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

ARTIGO
ESTRATÉGICO

34

MAIO 2018



Colômbia e as FARC:

Cenários pós-conflito e
repercussões regionais

Guilherme Damasceno Fonseca e Christian Vianna de Azevedo



Sumário

Introdução	1
Histórico recente do conflito	3
A transição das FARC à legalidade	6
A entrega das armas pelas FARC	13
Considerações finais.....	16
Referências bibliográficas	18



Colômbia e as FARC:

Cenários pós-conflito e repercussões regionais

Guilherme Damasceno Fonseca e Christian Vianna de Azevedo¹

Introdução

Quando o governo colombiano anunciou, em agosto de 2012, que havia concordado em iniciar um processo de paz com o então maior e mais resiliente movimento guerrilheiro da América Latina, as *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia* (FARC), a expectativa de grande parte do povo colombiano se renovou. O conflito já dura mais de 50 anos e ocasionou a morte de mais de 260 mil pessoas e o deslocamento forçado de outras 7 milhões de suas casas.² Em cinco décadas de conflito, processo de paz atual já é a sétima tentativa do governo colombiano de mediação visando o fim do conflito armado com as FARC. As chances de êxito na atual tentativa são, de fato, maiores, se partirmos do pressuposto de que o presidente Juan Manuel Santos acumulou importantes lições dos fracassos anteriores.³

Apesar do tom de cooperação inicialmente adotado em 2012 por ambos os lados, houve diversos percalços no caminho. Certos tópicos geraram dissensão desde o início, uma vez que já haviam sido motivo de debates e discussões em tratativas de paz tentadas anteriormente. Talvez os mais importantes e controversos destes tópicos tenham sido as questões em torno de uma reforma agrária, da entrega dos ativos pertencentes ao grupo, a reintegração política dos insurgentes, a diminuição da produção e tráfico de drogas, medidas judiciais que poderiam ensejar a prisão de alguns guerrilheiros por crimes de guerra e sua eventual extradição do país, e a anistia para grande parte dos guerrilheiros.⁴ Todavia, o processo de paz evoluiu, e, já no segundo semestre de 2016, se delineava em seus termos finais. Seus negociadores chegaram a um acordo em relação a cinco dos principais pilares erguidos durante esses quase cinco anos: 1) progressos na política

1 Guilherme Damasceno Fonseca é agente de Polícia Federal há 19 anos e mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas, é pesquisador do Grupo de Pesquisas em Terrorismo, Violência Política e Contraterrorismo da Academia Nacional de Polícia/Polícia Federal, pesquisador do Terrorism Research Initiative e coautor do livro "Passaporte para o terror: os voluntários do Estado Islâmico." Christian Vianna de Azevedo é agente de Polícia Federal há 16 anos, doutorando em Relações Internacionais pela PUC Minas; é pesquisador do Grupo de Pesquisas em Terrorismo, Violência Política e Contraterrorismo da Academia Nacional de Polícia/Polícia Federal, e pesquisador do Terrorism Research Initiative.

2 Dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) constataam: a Colômbia é o segundo país no mundo com maior número de deslocados internos - cerca de 6 milhões. O Brasil é um destino importante para parte dos que deixam o país. Os colombianos são o terceiro maior grupo (por nacionalidade) de refugiados no Brasil. (ACNUR, 2017) Um acordo de residência entre países do Mercosul de 2009 permitiu que muitos colombianos que fugiam do conflito se legalizassem sem a necessidade do refúgio.

3 MONTAÑO; CUETER, 2016.

4 PATERSON, 2013; MUÑOZ, 2015; STRATEGIC COMMENTS, 2016; GARAVITO, 2016.

agrária; 2) reparações e compensações para as vítimas da guerra; 3) envolvimento da guerrilha no tráfico de drogas; 4) participação dos guerrilheiros na política; e 5) cessar fogo definitivo e desmobilização das FARC.⁵ No dia que ficou conhecido como “Dia D”, primeiro de dezembro de 2016, após uma primeira tentativa fracassada de aprovação do acordo por meio de um plebiscito, o presidente Santos finalmente consegue ratificar os termos da negociação perante o Congresso. Estava formalmente iniciada a fase de “pós-conflito” e começava a contagem dos prazos para a implementação dos processos de desarmamento e desmobilização das FARC.

O objetivo deste artigo é mostrar como foram delineados e estão sendo implementados dois aspectos cruciais para a transição das FARC de grupo armado a partido político: a questão da desmobilização e reintegração dos ex-combatentes; e o processo de desarmamento do grupo. O foco nesses dois pontos se justifica em razão de serem, ao nosso ver, os temas com maior potencial de gerar repercussões regionais, principalmente em termos de crime organizado transnacional. Como veremos, ainda que o governo tenha enfrentado inúmeras dificuldades em ambos os tópicos, os resultados da desmobilização e desarmamento do grupo podem ser considerados relativamente satisfatórios até o presente momento, mesmo considerando que o processo de reinserção dos combatentes à vida civil esteja longe do fim. No momento em que escrevemos, há impasses e atrasos no Congresso colombiano acerca da aprovação de leis importantes para a reincorporação dos desmobilizados que aumentam os riscos de dissidência e, conseqüentemente, afetam a percepção da opinião pública sobre o êxito do processo.⁶

Mais de um ano se passou desde a assinatura do acordo e parte do Congresso tem resistido em reformar a Constituição e as leis, de maneira que os instrumentos legais possam se adequar ao que foi objeto do acordo. Em certos casos, parlamentares buscam até mesmo reverter as conquistas já implementadas (OAIP, 2018). Nesse aspecto, o ano de 2018 tende a ser um ano crucial para a Colômbia, não só pela corrida presidencial em meio ao surgimento das FARC como opção política, mas também pela necessidade do governo de aprovar as leis indispensáveis para a conclusão de todos os pontos pactuados. O futuro das negociações com outros grupos armados da Colômbia, como o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), depende em grande parte da habilidade do governo em concluir com êxito o processo envolvendo as FARC.

O acordo com as FARC, denominado pelo governo como “Processo de Paz”, tem como principal objetivo o fim da luta armada, proporcionando uma transição que possibilite a atuação política do grupo como partido regularmente constituído e formalmente reconhecido, inclusive com assentos parlamentares garantidos na negociação. Não obstante, o governo colombiano talvez tenha se equivocado ao vincular o pacto com as FARC ao alcance da “paz”⁷, ou seja, um pacto com apenas um dos grupos violentos do país como simbolismo da obtenção de uma suposta paz derradeira. Afinal, as FARC eram apenas um dos grupos que estavam por trás da problemática da violência na Colômbia.

Iniciamos este artigo apresentando um breve histórico do conflito e suas recentes evoluções. Em seguida, apresentamos, de maneira sucinta, o ainda pendente processo de desmobilização, alguns de seus resultados positivos, bem como potenciais problemas relacionados à reintegração, à dissidência e ao envolvimento dos ex-guerrilheiros com outros grupos criminosos. Na última seção, resumiremos o processo de desarmamento, já formalmente finalizado, e seus pontos polêmicos. Por fim, concluímos tecendo considerações a respeito das expectativas geradas pelo processo, demonstrando a importância dos resultados obtidos e a necessidade de um certo grau de resiliência diante de suas imperfeições.

5 GOBIERNO DE COLOMBIA, 2016; MUÑOZ, 2015; STRATEGIC COMMENTS, 2016.

6 Até fins de março de 2018, dos oito projetos de lei que ficaram de fora do “Fast Track” (um modelo de processo legislativo adotado provisoriamente até dezembro de 2017, para agilizar a aprovação das leis) apenas três haviam sido ratificados pelo Congresso. São eles: 1) a redução da pena para pequenos cultivadores; 2) a lei que submete grupos criminosos ao crivo da justiça; e 3) uma lei que pretende nomear algumas comunidades indígenas como detentoras de certas áreas florestais. Alguns pontos importantes ficaram no limbo, de maneira que podem comprometer o resultado final do acordo. Estes pontos são: primeiro, a adequação de terras para pequenos agricultores; segundo, a lei que regula procedimentos para a Jurisdição Especial de Paz (JEP); e, terceiro, a que regulamentaria as Circunscrições Especiais de Paz (PÉREZ, 2018).

7 Aqui fazemos referência ao termo “paz” de acordo com o entendimento pelo senso comum, ou seja: paz seria a ausência de violência ou ausência de conflito armado. Não é objetivo deste artigo descrever “paz” conforme as teorias de mediação e de resolução de conflitos normalmente utilizadas em âmbito acadêmico na área das Relações Internacionais.



Operação PF, EB, ENC. Retomada de aldeia de índios Tukano, que esteve ocupada pelas FARC, por um breve período. 2002. Foto: Christian Vianna de Azevedo.

Histórico recente do conflito

O que mudou na Colômbia para que o governo propusesse o acordo de paz, como sua estratégia de solução do conflito? Para entendermos este ponto devemos voltar ao início dos anos 2000. Tanto no mundo acadêmico quanto no universo político e militar, há um consenso de que houve uma mudança substantiva na correlação de forças (forças militares *versus* FARC) entre os governos de André Pastrana (1998-2002) e o primeiro governo Uribe (2002-2006).⁸ Já havia, neste período, estudos de acadêmicos e profissionais militares dos EUA apontando que as forças militares colombianas deveriam urgentemente se adaptar para enfrentar os movimentos insurgentes no país.⁹

No período de Uribe, dois fatores foram primordiais para que as forças militares e as forças policiais se reorganizassem, adotassem nova estratégia e recuperassem a iniciativa de combate frente às FARC:

- 1) o advento do *Plan Colombia*, um projeto apoiado pelos EUA que resultou em altos investimentos nas forças militares e policiais da Colômbia¹⁰ para que pudessem enfrentar os movimentos insurgentes;
- 2) a política de segurança adotada por Uribe, que implicava uma estratégia de guerra aberta contra as FARC, medidas de controle territorial e esforços de legitimação do Estado.¹¹

8 DÁVILA; CHAVEZ, 2004; ECHANDÍA, 2004; RESTREPO et al., 2006; OSPINA et al. 2016.

9 MARKS, 2002.

10 No período entre 1999 e 2009, as forças armadas da Colômbia aumentaram seu efetivo de 145.000 homens para 431.000 (GRANADA, 2009).

11 GRANADA et al., 2009.



Operação PF, EB, ENC. Retomada de aldeia de índios Tukano, que esteve ocupada pelas FARC, por um breve período. 2002. Foto: Christian Vianna de Azevedo.

A estratégia de retomada da iniciativa bélica significou que as forças públicas precisaram criar condições para a ofensiva militar, por meio de maior capacitação tecnológica e operacional, interação com forças estaduais, inserção dos serviços de inteligência como protagonistas da ação, estruturação de rede de apoio logístico, entre outras metas. Desta maneira, durante a ofensiva militar, buscou-se recuperar território perdido nas décadas anteriores e restabelecer um governo funcional nestas regiões, de maneira a viabilizar investimentos, tanto do setor público quanto do setor privado, nas áreas retomadas.¹²

A fase de confronto militar pode ser dividida em dois ciclos: a primeira (2003-2007) como fase mais intensa do conflito, em que se pôde, finalmente, por meio de enfrentamentos abertos, causar um desgaste nas FARC que as levaram à perda de iniciativa de combate. E a segunda fase (2007-2009), quando as forças militares consolidam suas vitórias e, conseqüentemente, há uma diminuição na intensidade dos combates; por outro lado, as FARC se adaptam e recuam para fora das cidades e zonas rurais adjacentes, para regiões mais isoladas do país.¹³

Desta maneira, as FARC se adaptaram à nova etapa do conflito e descentralizaram sua estrutura, por meio da divisão dos seus guerrilheiros em pequenos grupos dispersos territorialmente, deixando de lado a sua lógica de controle territorial, em detrimento de uma estratégia de movimentação contínua.¹⁴ No auge das FARC, na virada do século XXI, eles detinham 40% do território da Colômbia e tinham uma força combatente de 18.000 guerrilheiros.¹⁵ Ao longo da última década, eles perderam a maior parte deste território e seus guerrilheiros foram reduzidos a pouco menos de 7.000.^{16 17} No seu ápice,

12 GRANADA et al., 2009; MUÑOZ, 2015.

13 GRANADA et al., 2009; ECHANDÍA, 2011; MUÑOZ, 2015.

14 GRANADA et al., 2009; MUÑOZ, 2015; OSPINA et al, 2016.

15 MARKS, 2007; PECAUT, 2008; SAAB; TAYLOR, 2009; ANGELO, 2017.

16 MARKS, 2007; PECAUT, 2008; SAAB; TAYLOR, 2009; ANGELO, 2017.

17 Referimo-nos somente aos 7.000 guerrilheiros das FARC. Aqui não contamos com os milhares de milicianos (aproximadamente 10.000, segundo a maioria dos analistas) que formam a rede de apoio das FARC, infiltrados nas vilas, cidades e comunidades rurais que se inserem nas zonas de influência do grupo guerrilheiro, e nas cidades de maior porte. O número de milicianos é, entretanto, controverso. A fundação Insight Crime, por exemplo, acredita que este número esteja por volta dos 20 mil (McDERMOTT, 2017). Neste artigo, abordaremos questões referentes somente ao "corpo principal" da guerrilha: os seus combatentes; em que pese haver as questões conexas aos seus milicianos, que, para uma análise conjuntural mais elaborada seriam relevantes, mas que fogem ao escopo deste artigo, dada sua limitação de tamanho.

as FARC eram presentes e mantinham um nível maior ou menor de influência em 29 dos 32 departamentos (semelhantes aos Estados no Brasil) da Colômbia. Nas vésperas do atual processo de paz, o grupo mantinha sua presença em somente 9 departamentos. Desde 2009¹⁸, as operações das FARC e seu diminuído controle territorial ocorriam, principalmente, em apenas três áreas da Colômbia: no Oeste do país (Departamentos de *Nariño*, *Cauca*, *Valle del Cauca* e *Chocó*), porção central e oriental (Departamentos de *Arauca*, *Casanare*, *Meta*, *Vichada* e *Guaviare*), e próximo à fronteira panamenha (Departamentos de *Antioquia* e *Bolívar*).

O cenário militar das FARC, quando as tratativas para o atual acordo se iniciaram, apresentava um grupo já enfraquecido pelos vários anos de enfrentamento militar. Algumas das mais poderosas “Frentes”, que, no passado, compreendiam centenas de guerrilheiros, estavam, em 2016, reduzidas a menos de 100 combatentes, na maioria dos casos. Diante de tal cenário, as FARC não mais vislumbravam a tomada do controle territorial e político do país por meio de ação armada (OSPINA et al., 2016). Da mesma maneira, o governo colombiano não via uma solução militar para o conflito, uma vez que as FARC haviam ajustado sua estratégia militar frente ao avanço do poderio bélico do governo, o qual, portanto, não via uma maneira de derrotá-los unicamente através das armas.^{19 20} Diante da impossibilidade de uma vitória militar de qualquer uma das partes, iniciar uma nova tentativa de acordo parecia ser a opção mais viável.^{21 22} Ainda que, em meados de 2016, o grupo parecesse estar severamente debilitado militarmente, nos seus mais de 50 anos de existência, as FARC provaram ser um movimento insurgente de reconhecida resiliência e incontestável capacidade de adaptação a distintos ambientes políticos. Além disso, em muitas regiões onde a ausência do aparato estatal é visível, as FARC se valiam deste ‘vácuo de poder estatal’ para prestar serviços e apoio indispensáveis à vida dos habitantes locais, tornando-os ainda mais resilientes às estratégias unicamente militares.

[...] as FARC se valiam deste ‘vácuo de poder estatal’ para prestar serviços e apoio indispensáveis à vida dos habitantes locais, tornando-os ainda mais resilientes às estratégias unicamente militares.

18 O ano de 2009 representou o período em que as FARC estiveram em seu pior momento. A partir deste ano eles se recuperaram um pouco, em termos de capacidade combativa e recursos humanos, mas jamais recuperariam as perdas territoriais, que, na verdade, continuaram a acontecer em ritmo crescente.

19 JUDICE, 2007.

20 A questão sobre a possibilidade fática de derrotar ou não as FARC militarmente não é algo consensual na Colômbia. Muitos militares e parte da população questionam a conveniência e a oportunidade do momento no qual foram iniciados os diálogos do processo de paz, por ele ter supostamente se iniciado justo no momento em que as FARC estavam mais debilitadas. Neste caso, uma intensificação das ações militares talvez pudesse leva-los à derrota definitiva. Assim argumentam os defensores desta posição.

21 JUDICE, 2007.

22 É importante ressaltar que não há registros, na história recente, de nenhuma insurgência que tenha sido completamente derrotada unicamente através de campanhas militares (LIBICKI; CONNABLE, 2010).



Base operacional de narcotraficantes, ao lado de pista de pouso clandestina na Serra do Acaraí_PA. 2002. Foto: Christian Vianna de Azevedo.

A transição das FARC à legalidade

A partir do “Dia D”, os prazos convencionados no acordo de paz começaram a ser observados. No Dia D + 5 os insurgentes iniciaram seu deslocamento para as áreas destinadas à sua desmobilização.²³ Ao todo foram predispostas 23 *Zonas Veredales Transitórias de Normalización*, as ZVTN²⁴ e 4 acampamentos destinados a preparar os aproximadamente 7.000 insurgentes em seu trânsito à vida civil.²⁵ Todo o processo de desmobilização foi acompanhado por uma missão especial das Nações Unidas (ONU), que destinou equipes e monitoramento para cada ZVTN, que, juntamente com equipes do governo colombiano e das FARC, ficaram encarregadas das tarefas inerentes ao processo de desmobilização, na respectiva ZVTN. As ZVTN foram protegidas por uma zona de segurança de 1 km, onde não podia haver deslocamento e permanência de membros das FARC e da força pública. Anexo a cada ZVTN (Fig.1) foi posicionada uma unidade do exército colombiano, para controlar o fluxo de entrada e saída naquela Zona (OACP, 2017).

23 Embora desmobilização seja a palavra mais utilizada em língua portuguesa para fazer referência ao processo de trânsito dos guerrilheiros à vida civil, mídia e autoridades colombianas normalmente se referem ao processo como de “trânsito à legalidade” (“transito a la legalidad”).

24 A partir de primeiro de agosto de 2017, com o fim do prazo para entrega de armas, as “Zonas Veredales” passaram a se chamar “Espaços territoriais de Capacitação e Reincorporação”, iniciando a fase de condução dos ex-guerrilheiros à legalidade e à vida civil (FIP, 2017).

25 ANGELO, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017.

Figura 1. As Zonas Veredales

Fonte: UN MISSION IN COLOMBIA, 2016

Inicialmente, o acordo previa que os guerrilheiros teriam até o dia 31 de dezembro de 2016 para se apresentarem nas áreas de desmobilização. Contudo, as expectativas foram exageradamente otimistas, tendo em vista que, ao findar este prazo, poucos insurgentes tinham de fato se apresentado para desmobilização. Desta forma, o prazo foi dilatado para 31 de janeiro de 2017, quando, então, todo o efetivo de guerrilheiros deveria estar nas zonas definitivas de concentração. Porém, isso não ocorreu. Ao fim deste prazo ainda faltavam chegar quase 20% dos guerrilheiros.²⁶ Por outro lado, o governo colombiano admitiu ter enfrentado relevantes problemas logísticos na implantação e infraestrutura de algumas zonas e acampamentos, visto que parte deles não estavam integralmente em condições de habitação. Houve atraso nas obras de implementação das estruturas dos campos que não foram entregues a tempo. Assim, em alguns casos, os guerrilheiros chegaram às zonas de desmobilização e encontraram uma infraestrutura aquém do que imaginavam e do que lhes havia sido prometido. Em alguns locais não havia água, eletricidade ou alojamento adequado. Estes fatos geraram inúmeros protestos e desconfiança por parte dos membros das FARC, que acusaram o governo de não ter cumprido integralmente o prometido no acordo de paz assinado.^{27 28} Por outro lado, houve uma insatisfação também por parte dos opositores do acordo, que acusavam membros das FARC de descumprirem o pacto, alegando que muitos já haviam iniciado suas atuações políticas, o que só poderia ter acontecido depois que toda organização estivesse desarmada e desmobilizada.

26 ACOSTA, 2017; WOODY, 2017.

27 BARGANT, MEIJA; 2017.

28 Não somente problemas logísticos de implementação física de infraestrutura, o governo colombiano vem enfrentando um desgastante embate com a oposição em razão da lenta aprovação de leis que regem todo o processo de paz com as FARC; apesar da existência do 'Fast Track' implementado no poder legislativo, justamente para otimizar e acelerar os trâmites de leis que sejam diretamente relacionadas com o processo de paz. O Fast Track teve vigência inicial até fins de novembro de 2017 e foi renovado, apressadamente, momentos antes de expirar. Embora aspectos importantes ainda não tenham sido convertidos em lei, um de seus pontos mais importantes foi aprovado em dezembro, a JEP (Jurisdicción Especial para La Paz) que trata da justiça de transição dos ex-guerrilheiros, bem como das normas complementares que regulam a participação de ex-membros das FARC na política. (BARGENT, 2017b; IGLESIAS, 2017). Não entraremos em detalhes sobre a via jurídica exposta no JEP, e nem mesmo detalharemos como funciona o Fast Track, uma vez que não fazem parte dos objetivos deste artigo.

O governo teme que mais dissidentes tomem alguma das duas direções: incorporação à *Ejército de Liberación Nacional* ou recrutamento pelas *Bandas Criminales*.

No que se diz respeito ao percentual de dissidentes, ou seja, daqueles guerrilheiros que não se desmobilizaram ou que abandonaram o processo de desmobilização em algum momento, fontes do governo inicialmente afirmaram que o percentual se encontrava entre 5 e 7%.²⁹ O governo colombiano parecia considerar essa média de dissidentes como baixa, e, portanto, um indicativo de sucesso no processo de paz, visto que não havia, nem mesmo no início do processo em julho de 2016, a esperança que todos os guerrilheiros aderissem ao processo de desmobilização.³⁰ Todavia, tal percentual otimista foi retificado pelo próprio governo em março de 2018, em uma declaração do Ministro de Defesa, que admitiu existirem 1.100 dissidentes espalhados pelo país,³¹ havendo também estimativas mais alarmantes indicando que a taxa de dissidência poderia, na realidade, ser superior a 20%, compreendendo cerca de 2.500 dissidentes.³²

Diversos destes abandonaram o processo de paz por diversas razões, pois alegam terem se frustrado com a demora do Congresso para aprovar aspectos-chave acordados no processo de paz, muitos relacionados com a reintegração e transição para a vida civil dos ex-combatentes, entre eles: melhoras das condições nos “Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação”, implementação de um rendimento mensal aos ex-guerrilheiros, desenvolvimento de atividades para a integração dos desmobilizados, além de outras questões conexas à implementação dos termos do acordo de paz, em relação à integração à vida civil dos dissidentes, conforme prometido pelo governo da Colômbia.³³ Independentemente das discrepâncias nas estatísticas, e conseqüente ausência de números fidedignos acerca do número atual de dissidentes, o governo da Colômbia tem manifestado preocupação constante com o destino dos guerrilheiros que não se desmobilizaram. Ao longo do processo de trânsito para a vida civil, sempre há a possibilidade de que muitos dos dissidentes se engajem em atividades criminosas ou ingressem em outro grupo insurgente, como já se tem registrado.^{34 35}

O governo teme que mais dissidentes tomem alguma das duas direções: incorporação à *Ejército de Liberación Nacional (ELN)* ou recrutamento pelas *Bandas Criminales (BACRIM)*. Estas organizações têm grande interesse em absorver o capital humano das FARC, uma vez que muitos de seus guerrilheiros têm uma expertise incomparável nas diferentes etapas de produção, distribuição e venda de drogas ilícitas, como também experiência de combate, conhecimento das áreas rurais do país e redes de contatos nos países vizinhos. O ELN têm absorvido guerrilheiros dissidentes das FARC nas suas colunas.³⁶ Este fato foi observado em áreas como *Arauca*, Sul de *Córdoba*, *Catatumbo*, *Nariño* e *Cauca*. Estes territórios já foram, um dia, áreas de domínio das FARC, e, uma vez que as FARC perderam poderio e recuaram

29 MITROTTI apud VERDADABIERTA, 2017; RCN, 2017c.

30 MITROTTI apud VERDADABIERTA, 2017.

31 VÉLEZ, 2018.

32 INSIGHT CRIME, 2018.

33 ALBALADEJO, 2017; JIMENÉZ, 2017.

34 CONNABLE; LIBICKI, 2010.

35 Há indícios fortes de que diversos dissidentes já se reengajaram em atividades criminosas, nas suas antigas áreas de atuação, quando eram membros ativos das FARC. Segundo alguns autores, já foi possível identificar o retorno recente de dissidentes ao tráfico de drogas, em suas várias etapas, desde o controle e supervisão de plantio de coca, até o refino da cocaína em laboratórios escondidos na zona rural. (ALBALADEJO, 2017; CRISISGROUP, 2017). Desta mesma maneira, segundo as forças militares da Colômbia, diversos dissidentes das antigas Frentes 1, 7, 14 e 47 já teriam retomado suas atividades criminosas, sequestros, extorsões diversas e tráfico de drogas. (BARGENT, 2017a).

36 YOO, 2015; HOPMANN, 2015; YAGOUB, 2016.

destas áreas, o ELN preencheu o vácuo deixado por eles.³⁷ Algumas estimativas do governo nos levam a crer que, nos últimos anos, por volta de 1.000 a 3.000 guerrilheiros das FARC abandonaram o grupo e se incorporaram ao ELN.

No passado, não era incomum haver alianças entre ELN e FARC em algumas áreas do país.³⁸ Desta forma, por ambos os grupos estarem em contato relativamente constante nessas áreas, seus integrantes logo perceberam suas semelhanças ideológicas e, em alguns casos, operacionais. Portanto, eles puderam entender o *modus operandi* um do outro, suas estruturas e funcionamento. Isso explica, em parte, porque os dissidentes das FARC tendem a querer se incorporar ao ELN nas zonas onde estes grupos, no passado, foram parceiros.³⁹ De forma semelhante, como ambos os grupos estão envolvidos em atividades criminosas como mineração ilegal e tráfico de drogas, seus membros resistem em abandonar estes lucrativos empreendimentos.⁴⁰ Apesar de o governo da Colômbia e o ELN terem retomado as negociações sobre sua desmobilização em fevereiro de 2017, parte do ELN ainda resiste em se desmobilizar, e o governo têm tido enorme dificuldade em abranger todo o grupo sob um mesmo acordo de paz/processo de desmobilização. Uma explicação para esta dificuldade reside no fato de que a estrutura da ELN, ao contrário da estrutura hierárquica vertical das FARC, é uma estrutura mais horizontalizada, cujas pressões verticais são menos percebidas. Por isso, enquanto uma determinada frente negocia com o governo sua desmobilização, uma outra sequer cogita tal proposta, continuando suas atividades criminosas sem ser molestada pela direção do grupo guerrilheiro, e nem mesmo pelas suas outras frentes.⁴¹

Quanto às FARC e BACRIM, eles detinham relacionamentos de conveniência, quando estratégicos para ambos. Há evidências de alianças instrumentais em diferentes partes do país, independentemente do fato de não haver nenhuma proximidade ideológica entre eles, pois as BACRIM são orientadas exclusivamente ao lucro. Todavia, essas alianças eram estratégicas porque os permitiam delimitar ações, de modo a evitar conflitos entre os grupos, administrar tensões locais, incrementar seu poder nas áreas onde atuam, e, no caso de serem parceiros em determinada atividade criminosa, manejar com maior eficácia suas diferentes etapas de modo a assegurar o bom andamento de seus negócios. Em razão de sua interoperabilidade, os dissidentes das FARC não encontram dificuldades em serem absorvidos/recrutados pelas BACRIM das regiões onde atuam.⁴² O próprio procurador-geral da Colômbia admitiu em janeiro deste ano que os *Urabeños* ofereciam cerca de 600 dólares de salário ao desmobilizado das FARC que se interessasse em se juntar ao grupo.⁴³

Outro problema relacionado aos dissidentes reside no fato de que comandantes experientes de algumas frentes foram expulsos das FARC no início de 2017, em razão de sua discordância com o processo de paz. Segundo alguns analistas, isso é uma temeridade, na medida em que estes comandantes são pessoas com carisma, experiência e influência suficientes para liderar novos grupos que poderiam ser formados por dissidentes, que já começam a ser referidos como “FARCRIM”.⁴⁴ Segundo análise recente da Insight Crime (2018), dissidentes das FARC já teriam supostamente constituído grupos criminosos que, sem a hierarquia característica das FARC, operariam segundo os interesses comerciais/criminosos de seus líderes, e não como uma força insurgente e coesa. Segundo algumas fontes, tais grupos formados por dissidentes já teriam, supostamente, dominado corredores de drogas que levam à Venezuela e ao Brasil, formando uma rede de fornecedores capazes de oferecer serviços que vão desde a produção ao transporte da droga através das fronteiras colombianas.⁴⁵

37 GRASA, 2014; YOO, 2015; SIERRA, 2016; CLAVEL, 2017^a.

38 GRASA, 2014; ISACSON, 2016.

39 GRASA, 2014; YOO, 2015; HOPMANN, 2015.

40 GRASA, 2014; SIERRA, 2016; CLAVEL, 2017^a.

41 ISACSON, 2016; RAMSEY, BERNARD, 2017; CLAVEL, 2017^a.

42 YAGOUB, 2016.

43 CLAVEL, 2017^b.

44 YAGOUB, 2016; McDERMOTT, 2017.

45 INSIGHT CRIME, 2018

Um outro aspecto que gera apreensão entre muitos no governo colombiano e suas forças militares é o fato de que, supostamente, haveria um número expressivo de ex-guerrilheiros das FARC vivendo em regiões da fronteira entre Colômbia e Venezuela,⁴⁶ particularmente no estado do Amazonas (Venezuela), e mobilizados para a luta armada.⁴⁷ Sabe-se que as FARC já têm presença em território venezuelano há mais de uma década.⁴⁸ Portanto, possuem infraestrutura, redes de contatos locais, conhecimento do terreno e bom relacionamento com diversos setores do governo venezuelano, ainda que sejam relacionamentos velados. Desta maneira, não é uma surpresa o fato de alguns analistas apontarem grupos de dissidentes que atuam nessa zona como uma ameaça ao processo de paz e à estabilidade da Colômbia.⁴⁹

Uma outra perspectiva preocupante, relativamente ao Brasil, é a vinda de dissidentes das FARC para território brasileiro em busca de refúgio, ou mesmo para se juntarem a organizações criminosas brasileiras.⁵⁰ Em recente reunião bilateral entre os ministros da defesa do Brasil e da Colômbia, ficou acordado que os dois países vão intensificar sua cooperação bilateral,⁵¹ tendo em vista as preocupações com o vácuo deixado pelas FARC e sua absorção pelas BACRIM, principalmente no que tange à parceria entre organizações criminosas brasileiras e as BACRIM colombianas.⁵² Guerrilheiros e narcotraficantes colombianos, uma vez declarados “alvos de alto valor” pela polícia de seu país, buscam, mediante seus associados no Brasil, esconderijo no lado brasileiro da fronteira. Já existem relatos indicando que grupos tais como a FDN e o PCC já possuem alianças com BACRIM colombianas como *Caqueteños*, *Oficina del Envigado*, e *Los Urabeños*, que, por sua vez, relacionam-se com as FARC. Estas mencionadas BACRIM estão envolvidas no tráfico internacional de cocaína, e organizam, junto à FDN e ao PCC, o transporte transfronteiras do entorpecente.⁵³ Esta droga, transportada por eles, tem como destino o mercado brasileiro (principalmente sudeste do país), mercado europeu (diretamente por via marítima ou via África Ocidental) e EUA.⁵⁴

Alguns analistas argumentam que as rebeliões em presídios no norte e nordeste do Brasil, em janeiro de 2017, e que deixaram uma centena de mortos podem ter relação às mudanças no cenário colombiano.⁵⁵ No entanto, é importante ponderar que diversos pesquisadores e autoridades políticas consideram a mencionada onda de rebeliões apenas uma das consequências da falência do sistema carcerário, incapaz de controlar as disputas de grupos rivais. O PCC, que tem uma presença em 22 dos 27 estados

46 Em 2010 o governo colombiano denunciou, perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Venezuela, por alojar 1.500 guerrilheiros das FARC em seu território. Os guerrilheiros usariam aquela área como um “porto seguro” para treinar, reabastecer, organizar e descansar. Esta denúncia gerou a ira do governo venezuelano que rompeu relações diplomáticas com a Colômbia. O governo colombiano não se limitou a fazer acusações, mas trouxe dados e fotografias dos acampamentos das FARC em território da Venezuela, com coordenadas geográficas e detalhes de suas instalações. Não se sabe ao certo o número atual de ex-combatentes localizados no lado venezuelano da fronteira. No entanto, fontes do governo venezuelano afirmam que a presença atual é mais significativa em relação a que existia em 2010, fato confirmado pelo atual governador do Estado venezuelano do Amazonas (REYES; MORALES, 2010; GUARULLA, 2017).

47 GUARULLA, 2017; AREVALO, 2017; GALARZA, 2017

48 AREVALO, 2017; GALARZA, 2017.

49 AREVALO, 2017; GALARZA, 2017.

50 ACOSTA, 2017; JOHNSON, 2017.

51 Por meio de maior cooperação, pretende-se combater atividades ilegais transfronteiras e sabotar os laços entre as mencionadas organizações criminosas brasileiras e colombianas. Essa cooperação seria principalmente relacionada ao compartilhamento de dados sobre a fronteira comum e aprofundamento da vigilância exercida em ambos os lados (EFE, 2010). O Brasil também ofereceu à Colômbia apoio técnico-militar na detecção e desarme de minas terrestres (MINDEFENSA, 2017). Mais de 11.000 colombianos foram vítimas de minas terrestres no país. A Colômbia é o segundo país no mundo com maior número de minas terrestres. Dos 32 departamentos da Colômbia, 30 estão contaminados com minas terrestres. Milhões de dólares já foram gastos em remoção e destruição de minas. As FARC foram os principais responsáveis pela instalação dessas minas. (ICBL, 2015).

52 MINDEFENSA, 2017.

53 Fontes policiais, aparentemente da DIJIN (Dirección de Investigación Criminal e Interpol), relatam que a FDN controla, juntamente com a BACRIM Los Caqueteños, o tráfico de drogas pelas fronteiras terrestres de Brasil, Peru e Colômbia. Lanchas rápidas moveriam a droga desde o interior da Colômbia pelos rios Içá e Solimões. Esta BACRIM é uma das receptoras de dissidentes das FARC. Já o PCC opera com a Oficina de Envigado e o Cartel del Golfo e células narcotraficantes das FARC, que são seus provedores da cocaína comercializada no Brasil ou destinada à Europa e EUA. (BAND, 2016; HISAYASU, 2016; EL TIEMPO, 2017; ALESSI, 2017; SERAPIÃO, 2017).

54 YAGOUB, 2016; ALESSI, 2017; SERAPIÃO, 2017.

55 ARAS, *apud*, CONOSUR, 2017; EL TIEMPO, 2017; ALESSI, 2017.

brasileiros, busca maior presença na região norte do Brasil; para tanto, luta para abocanhar uma parte da “fatia de mercado” da rival FDN⁵⁶ ⁵⁷. Neste momento histórico, em que as FARC se desmobilizam e suas operações criminosas mudam de mãos e de comando, as BACRIM têm a chance de preencher o vácuo. Desta maneira, a dinâmica do tráfico de entorpecentes vai, aos poucos, acomodando-se à nova realidade. Assim, as organizações criminosas lutam por mais espaço nos negócios, buscando novas alianças e oportunidades.⁵⁸

Paralelamente a todas as adversidades enfrentadas no processo de paz, há uma questão recorrente que pode minar os resultados da desmobilização: a sequência de assassinatos de líderes políticos locais, ativistas e membros de partidos de esquerda, que apoiam o processo de paz, em diversas localidades do interior do país, desde o início das tratativas de paz em Havana.⁵⁹ Somente em 2016 foram cerca de 100 mortes.⁶⁰ Entre 2011 e 2015, foram aproximadamente 500 assassinatos de líderes a favor do processo de paz. O movimento social “Marcha Patriótica”, simpaticante às FARC, diz que mais de 100 de seus simpatizantes foram mortos. Os líderes das FARC dizem que estas mortes são perpetradas por integrantes de forças paramilitares que se opõem ao processo de paz.⁶¹ Por isso, pairam temor e desconfiança por parte dos membros das FARC, em especial sobre o que acontecerá a eles, caso se desmobilizem e entreguem as armas, passando a lutar pelo seu espaço na seara política. Quem garantirá sua segurança nos anos pós conflito?

Há um histórico nada auspicioso em relação à sua luta política desarmada. Em 1985, as FARC criaram um partido político – União Patriótica –, para buscar a resolução de suas demandas no campo político. Logo em seus primeiros anos, eles obtiveram algumas vitórias eleitorais seguidas de um assassinato em massa de seus integrantes. Mais de 3.000 de seus políticos foram mortos em um curto período de tempo.⁶² Os assassinatos foram perpetrados por cartéis de tráfico de drogas, grupos paramilitares e facções políticas do país. Esse “genocídio político” paira como uma sombra para os guerrilheiros que se desmobilizam.⁶³ Mas se os assassinatos de agora resgatam fantasmas do passado para os guerrilheiros, por outro lado os fracassos dos acordos passados, normalmente atribuídos a descumprimentos das FARC, igualmente geram dificuldades no atual processo. Grande parte da sociedade colombiana e dos militares temem que a trégua seja usada pelo grupo para permitir uma recuperação estratégica, tática e militar, como aconteceu em tentativas de paz ocorridas na década de 80 e no início deste século.⁶⁴

[...] os riscos e as dificuldades para a perfeita implementação dos planos de transição à legalidade e de entrega de armas variam de região para região do país.

56 Não é objetivo deste artigo detalhar as disputas territoriais e de mercado entre PCC, CV, FDN e demais organizações criminosas brasileiras.

57 ALESSI, 2017; SERAPIÃO, 2017.

58 ARAS, *apud*, CONOSUR, 2017; EL TIEMPO, 2017; GOI, 2017; MINDEFENSA, 2017; ALESSI, 2017; SERAPIÃO, 2017.

59 VANEGAS, 2017; JOHNSON, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017; PÉREZ, 2018.

60 JOHNSON, 2017.

61 VANEGAS, 2017; JOHNSON, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017; VALENCIA, 2017.

62 JOHNSON, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017.

63 VANEGAS, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017; VALENCIA, 2017.

64 Após diálogos iniciados em 1982, as FARC teriam se aproveitado de um cessar-fogo para reagrupar, treinar, expandir operações e até formar novas frentes (PÉCAUT, 2008; CUNNINGHAM et al, 2012). Já no início deste século, sob a administração do presidente Pastrana, novas tratativas de paz culminam com um gesto de boa-fé do governo para incentivar uma trégua duradoura. Uma grande área protegida e desmilitarizada é oferecida às FARC com o intuito de iniciar uma progressiva desmobilização. Novamente, o grupo usa da área como “porto seguro” para treinamento, planejamento militar e tratamento de guerrilheiros feridos, traindo os termos do cessar fogo (RABASA, 2007; GUÁQUETA, 2007; CUNNINGHAM et al, 2012).

A Colômbia não é um país homogêneo em toda sua extensão, em termos geográficos e sociais, de maneira que os riscos e as dificuldades para a perfeita implementação dos planos de desmobilização e de entrega de armas variam de região para região do país. Levando em conta estas diferenças regionais, uma ação de desmobilização eficaz começa pelo cumprimento das regras acordadas entre as partes. Tendo em vista que o berço das ações de desmobilização e das tratativas de reintegração coordenadas pela *Agencia para la Reincorporación y la Normalización* (ANR) são os “Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação”, estes devem ser priorizados, no que diz respeito ao cumprimento dos termos do acordo de paz, pois, como mencionado anteriormente, os ex-guerrilheiros reclamam constantemente das condições precárias dos locais, bem como de não ainda não receberem ajuda financeira conforme prometido pelo governo no acordo de paz⁶⁵.

Além disso, o governo precisa alocar recursos e esforços para lidar com outros problemas que assombram os “Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação”. De maneira geral, podem ser citados 5 problemas principais que impactam a administração dos “Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação”, que aparecem em maior ou menor grau dependendo da zona: 1) a presença de outros grupos armados e do crime organizado; 2) a provável continuidade de boa parte das economias ilegais, como as relacionadas ao tráfico de drogas e mineração; 3) proximidade das fronteiras; 4) a existência de corredores de tráfico bem estabelecidos; e 5) a presença de dissidências e/ou desertores.⁶⁶ No que diz respeito ao Brasil, torna-se preocupante, em especial, as dissidências ocorridas na parte centro-oriental da Colômbia, na região de *Guaviare*, *Vaupés* e *Guainía*, correspondentes às áreas de atuação das antigas frentes 1,7 e 44. Ademais, a forte presença na região de grupos criminosos como o *Urabeños* e *Puntilleros* viabiliza o surgimento de novas alianças, especialmente entre as BACRIM (*Bandas Criminales*) e dissidentes das FARC, porém de novos e antigos atores do crime organizado transnacional, que, vindos do Brasil ou Venezuela, podem se beneficiar da desta nova dinâmica emergente.⁶⁷

65 Embora os primeiros passos para a reinserção dos desmobilizados tenham sido dados, informações de março de 2018, repassadas pela própria agência responsável pela reincorporação de ex-combatentes (ANR), relatam problemas sérios relacionados com a implantação dos projetos relacionados à capacitação dos desmobilizados e aprovação dos “Espaços de Capacitação”, que se sobrepõem às antigas “Zonas Veredales” (PÉREZ, 2018).

66 VERDAD ABIERTA, 2017.

67 FIP, 2017.



Explosão de pista de pouso clandestina utilizada pelas FARC na Serra do Caparro_AM. 2002. Foto: Christian Vianna de Azevedo.

A entrega das armas pelas FARC

O processo de desmobilização, por estar em curso no momento em que escrevemos, obviamente ainda não pode ter seus resultados avaliados. No entanto, é razoável afirmar que o primeiro passo do processo de transição de grupo armado para partido político – seu desarmamento – ocorreu de maneira satisfatória. Assim como em outros processos de negociação com grupos insurgentes já ocorridos em todo o mundo, o acordo com as FARC também apresentou problemas e polêmicas, que já se iniciaram na própria escolha da terminologia usada para se referir ao processo de desarmamento e reinserção dos combatentes.⁶⁸ Nesse sentido, enfatizou-se que a escolha entre expressões como abandono de armas (“dejación de armas”), desarmamento ou entrega de armas não se tratava de uma questão meramente semântica, uma vez que, por trás dessa, escondiam-se importantes dimensões simbólicas, políticas e estratégicas.⁶⁹ A diferença fundamental entre tais conceitos diz respeito ao papel desempenhado pelo outro durante o desarmamento, com grandes repercussões de natureza simbólica. Enquanto na entrega de armas ou desarmamento ocorre uma postura mais ativa de uma das partes (normalmente o Estado, ao receber diretamente do grupo ou força-lo a entregar as armas), no caso do abandono tal participação não é necessária ou se limita a um acompanhamento como parte de verificação do processo.⁷⁰

68 (HERNÁNDEZ; RAMPF, 2015).

69 Essa dimensão estratégica explica porque muitos processos de desarmamento foram longos e divididos em etapas (HERNÁNDEZ; RAMPF, 2015; AGUIRRE, 2015). Em razão da mencionada incerteza, muitos grupos insurgentes optaram por manter “caletas” (depósitos) de armas escondidas, em caso de descumprimentos por parte do governo. Este parece ser também o caso das FARC.

70 HERNÁNDEZ; RAMPF, 2015; AGUIRRE, 2015.

A composição total do arsenal das FARC ainda é relativamente desconhecida e, no mínimo, objeto de larga controvérsia.

Assim, durante o sensível momento de desmobilização de um grupo insurgente, a questão da forma como o Estado participará do processo de desarmamento se torna uma questão nevrálgica em razão da importância simbólica dos atos e palavras, com possíveis reflexos políticos. Isto porque, como mencionado anteriormente, para o caso do presente acordo, esse tipo de negociação tende a acontecer justamente quando cada parte entende que não poderá derrotar militarmente seu adversário. Nesse sentido, durante as negociações, as FARC sempre repudiaram qualquer formato de processo de desarmamento no qual seus guerrilheiros tivessem que participar de solenidades formais de entrega de armas ao

adversário, de maneira que a sociedade, o governo e os próprios ex-guerrilheiros interpretassem a entrega de armas como uma humilhante rendição ou admissão de sua derrota.⁷¹ Haja vista que o fim de um conflito é sempre marcado por um alto grau de desconfiança, é importante perceber também a dimensão estratégica da definição terminológica. Para o guerrilheiro, a entrega ou abandono das armas representa não só uma renúncia a um estilo e ideologia de vida como também o leva à insegurança de abandonar a única ferramenta que o grupo insurgente entende possuir para pressionar e fazer cumprir os acordos.⁷²

Diante de tanta polêmica, os negociadores em Havana optaram por um modelo de desarmamento no formato “de entrega de armas” (“dejação de armas”), com a participação de uma comissão neutra da ONU encarregada do controle do armamento abandonado. O processo “abandono de armas” foi dividido em três etapas, onde as FARC deveriam entregar todas as suas armas de fogo. As etapas foram divididas da seguinte maneira: Dia D + 90, Dia D + 120 e Dia D + 150. Nestas etapas as FARC deveriam entregar, gradativamente, suas armas: 30%, 30% e 40% do seu arsenal, nos prazos mencionados, respectivamente.⁷³ A ONU estabeleceu cinco passos para o processo de entrega de armas: traslado de seus observadores às ZVTN, registro e identificação (número, tipo e origem) do armamento entregue, armazenamento gradual do armamento, busca e apreensão de armas que permanecem em *cachês* escondidos (ou *caletas*, que são depósitos de armas), e, por fim a destruição de todas as armas arrecadadas.⁷⁴

A composição total do arsenal das FARC ainda é relativamente desconhecida e, no mínimo, objeto de larga controvérsia. Embora o grupo tenha apresentado um inventário parcial contendo 14 mil armas,⁷⁵ confirmado pelo próprio presidente Santos e seu ministro de defesa, a comissão da ONU comemorou, em agosto de 2017, a entrega de mais de 8 mil armas, o que simbolizou o fim das FARC como grupo armado.⁷⁶ No entanto, vemos que há uma clara diferença entre os números. Acredita-se que essa diferença tenha relação com as armas que estão escondidas em *caletas*, ainda não encontradas, cujos esconderijos, porém, já teriam sido revelados à ONU.

No início do processo, havia o temor, por parte da força tarefa da ONU e do governo colombiano, de que os guerrilheiros somente entregariam armas antigas ou em mau estado de conservação. Paralelamente, manteriam as melhores armas e aquelas em bom estado de conservação escondidas em locais inóspitos e de difícil acesso, no interior da selva amazônica, na região sudeste do país, para, em um momento posterior, comercializá-las ou utilizá-las, caso houvesse a oportunidade.⁷⁷ Todavia, este temor da ONU com relação

71 HERNÁNDEZ; RAMPF, 2015; AGUIRRE, 2015.

72 HERNÁNDEZ; RAMPF, 2015.

73 GOBIERNO DE COLOMBIA, 2016.

74 ARNAULT, *apud El Tiempo*, 2017.

75 CONEXION CAPITAL, 2017; CNN, 2017.

76 UN NEWS, 2017.

77 GAVIRIA, 2016.

ao estado das armas pareceu ser infundado, uma vez que, em sua maioria, as armas depostas trazidas por guerrilheiros desmobilizados estão bem mantidas e preservadas.

Há uma enorme polêmica em torno das *caletas*, que teoricamente contém grande quantidade de explosivos, dinheiro e armas de maior calibre – uma vez que opositores do acordo entendem que as FARC não entregariam a localização de todas elas. No momento da entrega de armas, os funcionários da ONU que estiveram encarregados do recebimento do armamento entrevistaram os ex-membros das FARC para obter informações sobre os *cachês* de armas escondidos nas áreas rurais do país. Estes esconderijos podem abrigar um número desconhecido de armas de todos os tipos, explosivos e até mesmo dinheiro em espécie. Em agosto de 2017, Jean Arnault, chefe da missão da ONU na Colômbia, revelou que já possuíam informações de 873 *caletas*, das quais 510 já teriam sido encontradas, resultando na arrecadação de 795 armas, quase 300.000 munições, 22 toneladas de explosivos, 4.000 granadas, 1.800 minas terrestres e mais de 1.000 munições de morteiros.⁷⁸ Já, em setembro, a missão encarregada pela ONU anunciou a arrecadação do material encontrado em 750 das 998 *caletas* supostamente existentes e o processo de entrega de armas foi formalmente finalizado com a destruição do arsenal pertencente a FARC. Ao final, foram entregues um total de 8.994 armas, encerrando a última fase do processo de desarmamento.⁷⁹ Porém, a polêmica continua, pois há acusações por parte dos opositores do acordo de que há muitas outras *caletas* não reveladas. Além disso, há a suspeita de que dissidentes estejam se mobilizando para reposicionar algumas *caletas* para que a ONU e o governo não as encontrem, como recentemente denunciou o governador do Departamento de Antioquia.⁸⁰ Em agosto de 2017, o ministro de defesa colombiano admitiu que o exército colombiano encontrou uma *caleta* com armas pertencentes aos dissidentes, aumentando a suspeita de que haveria outros depósitos acessíveis a criminosos.⁸¹

Por trás de expressões como abandono de armas, desarmamento ou entrega de armas escondiam-se importantes dimensões simbólicas, políticas e estratégicas.

A polêmica é relevante para o Brasil, porque existe a preocupação de que parte do arsenal das FARC seja possivelmente negociada no mercado negro, tendo como destino o Brasil. Além disso, a suposta demora na revelação das localizações da totalidade dos depósitos por parte das FARC pode ocorrer tanto pelo fato da própria liderança não conhecer a localização de todos eles, como pela grande possibilidade de que contenham também verdadeiros “tesouros” em dinheiro.⁸² A probabilidade de que muitos depósitos se localizem perto das fronteiras viabiliza enormemente o contrabando, por ser em região de selva densa, que oferece a cobertura perfeita para sua guarda, armazenamento e transporte, por seus inúmeros e extensos rios. Não só as características geográficas os favorecem, mas também o fato de haver uma quase ausência de vias terrestres e escassa presença de forças militares e policiais de ambos os lados das fronteiras. As BACRIM e os demais grupos guerrilheiros se aproveitam desta situação para suas atividades, por isso o governo colombiano tem dialogado com os governos de seus países vizinhos de maneira a se empenharem em aumentar sua presença nas fronteiras.⁸³

78 UN NEWS, 2017b.

79 VANGUARDIA, 2017a; 2017b.

80 RCN, 2017a.

81 RCN, 2017b.

82 Durante as negociações em Havana, uma preocupação era localizar os ativos financeiros do grupo e contas no exterior. Como os ativos encontrados foram considerados pouco relevantes, acredita-se que as FARC armazenavam suas reservas financeiras de maneiras pouco usuais (SEMANA, 2017).

83 Autoridades e analistas de segurança já afirmam que o Brasil começa a sentir as consequências do acordo com as FARC, no que diz respeito à entrada de armas no país (SOUSA, 2017; FEITOSA, 2017). Fontes governamentais de Brasil, Colômbia e Venezuela corroboram tais informações.

Considerações finais

Desde quando iniciado o atual processo de paz com as FARC na Colômbia, diversos problemas permearam a sua condução, em suas várias frentes de atuação. Neste artigo buscamos focar em duas questões recorrentes e polêmicas ao longo do processo: a desmobilização dos guerrilheiros e o desarmamento do grupo, dois dos aspectos do processo de paz com maior potencial de produzirem repercussões regionais.

De maneira objetiva, uma vez terminados os prazos estipulados pelo acordo, o percentual de desmobilização e, principalmente, a taxa de “entrega de armas” são relativamente animadoras, se comparadas às medias históricas de outros processos semelhantes. Este fato contribui para um certo otimismo com relação ao resultado das negociações. Além disso, parece-nos que os aspectos negativos são episódios ainda isolados, sejam eles relacionados às novas *caletas* descobertas ou relativos às minorias de dissidentes retomando atividades criminosas e ocupando o vácuo deixado pelas FARC. O acordo de paz foi implementado, a despeito de ocasionais problemas, obstáculos e contratempos típicos de um processo dessa natureza, como assim se verificaram em todos os outros casos similares pelo mundo.⁸⁴

Talvez uma das particularidades da negociação consista no fato de que o presidente Santos, ao idealizar e desenvolver as negociações com apenas um dos grupos violentos que atuam na Colômbia, as FARC, tenha denominado a negociação de “Acordo de Paz”. Essa denominação, muito possivelmente cunhada com fins estritamente políticos, não condiz com a realidade colombiana. Certamente, a “paz” absoluta, se simplesmente entendida como ausência de conflitos e violência, dificilmente seria alcançada, ainda que a implementação do acordo com as FARC transcorresse perfeitamente. Além disso, embora o número de homicídios e a violência em geral tenham de fato diminuído – 2017 foi o ano com menos homicídios nas últimas 4 décadas⁸⁵ – o país ainda sofre com violência letal multicausal e gerada por atores diversos, muitos dos quais, em determinados momentos, terminam por prejudicar o processo atual com as FARC. A violência remanescente nem sempre é passível de correta identificação de origem, e, por diversas vezes, um ator é responsabilizado pela violência causada por outro. Para a sociedade colombiana, como um todo, é muito difícil separar a violência, que pode ser atribuída a dissidentes, da violência cometida por outros grupos insurgentes e criminosos.

Há muita desconfiança em relação às ações do governo, e, por isso, há um movimento de oposição que age obstinadamente em busca de retratar o acordo de paz como um fracasso. Nesse contexto, qualquer demonstração de violência remanescente tende a ser habilmente explorada pela oposição para provar seu ponto de vista, de que uma tentativa de acordo com as FARC jamais teria êxito, uma vez que a “paz” não parece estar próxima. Ainda que o presidente colombiano dificilmente tenha ousado acreditar que o acordo com o grupo pudesse resolver o problema da violência do país, esse tipo de sutileza não é compreendida pela população em geral. Quando se acredita que o governo fez menos do que prometeu, sempre haverá críticas, e o conseqüente aproveitamento político do evento por parte da oposição.

Numa sociedade que se encontra extremamente polarizada como a colombiana, defensores e opositores do acordo com as FARC parecem pouco sensíveis a evidências contrárias a seus pontos de vista. Nesse contexto, a conjuntura das eleições presidenciais vindouras na Colômbia, que ocorrerão em 2018, traz ainda mais polarização de opiniões e de certa maneira influencia os debates envolvendo o atual processo de paz.⁸⁶ Desde o malogro do plebiscito de 2016, quando os eleitores colombianos

84 FIP, 2017.

85 INFOBAE, 2017.

86 GUARIN, 2017; VALENCIA, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017.

rejeitaram os termos do acordo então proposto, alguns futuros candidatos à presidência evitam se alinhar com Juan Manuel Santos e suas propostas políticas. Nesse sentido, o resultado das eleições parlamentares de março de 2018 demonstrou que a bancada congressista antiacordo se fortaleceu. Este resultado comprova, de certa maneira, a desconfiança da população nos reais frutos do processo, o que sugere ainda mais dificuldades futuras na aprovação dos pontos faltantes.⁸⁷

Em meio a todos os acontecimentos, a opinião pública na Colômbia continua dividida. Periodicamente, surgem episódios envolvendo dissidentes ou evidências de ocupação de espaços e atividades outrora preenchidos pelas FARC. Nestes mais de 50 anos, a história do conflito é um exemplo não muito reconfortante de que tantos acordos de paz, quanto soluções puramente militares não funcionaram no passado. Os bons resultados já obtidos não poderão ser celebrados, caso o governo não consiga aprovar os últimos e importantes pontos da negociação. Adicionalmente, o crescente acirramento da campanha eleitoral presidencial dificulta ainda mais a aprovação dos pontos pendentes.⁸⁸ Além disso, se o governo não priorizar certos pontos pendentes do acordo (principalmente relacionados à reinserção e proteção dos ex-combatentes, à reforma agrária e ao enfrentamento do tráfico de drogas) todas as etapas já percorridas podem se reverter, e, conseqüentemente, o processo tenderia a fracassar. O resultado de um suposto fracasso pode ser o surgimento de novas formas de violência rural e urbana no país.⁸⁹

Nesse aspecto, o ano de 2018 promete ser crucial para a Colômbia, uma vez que a transição das FARC, de grupo armado a partido político, será finalizada em ano de corrida presidencial. O “processo de paz” avançou e não há mais como voltar ao estágio anterior; mas, independentemente das definições de paz que acadêmicos e políticos escolham utilizar, o cidadão colombiano sabe que ainda há muito a fazer. A sociedade colombiana tem vivido momentos de incerteza e indecisão. É imperativo que o governo colombiano atue constantemente em sinergia, quanto à busca pela finalização bem-sucedida do acordo de paz. Processos políticos de tamanha envergadura não são construídos facilmente, nem rapidamente. O caminho é tortuoso e imprevisível. A vontade política de seguir adiante, combinada com a resiliência da sociedade diante das imperfeições do processo, poderão fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso.

O “processo de paz” avançou e não há mais como voltar atrás; mas, independentemente das definições de paz que acadêmicos e políticos escolham utilizar, o cidadão colombiano sabe que ainda há muito a fazer.

87 LASUSA, 2018.

88 PÉREZ, 2018.

89 PÉREZ, 2018; OIAP, 2018.

Referências bibliográficas

ACNUR (2017). Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ACOSTA, Luis. (2017) About 300 rebels from Colombia's FARC have not demobilized, general says. *Reuters. World News*.

AGUIRRE, K.; VANEGAS, E.; CALDERÓN, D. (2015) Desarme de las FARC: Claves y Propuestas para un Proceso Viable, Exitoso y Transparente. Instituto Igarapé y Fundación Ideas para la Paz.

ALBALADEJO, A. Is Colombia underestimating the scale of FARC dissidence? *Insight Crime*. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/is-colombia-underestimating-scale-farc-dissidence/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ALESSI, G. Funk, futebol, cocaína e as FARC: o que se sabe da Família do Norte. *El País*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/05/politica/1483644143_976068.html>. Acesso em 16 abr. 2017.

ANGELO, P. The Colombian peace process: trial and error. (2017). *Survival*. Global Politics and Strategy.

ARAS, V. Creen que el grupo criminal PCC busca controlar el narcotrafico en los países ecinos productores. (2017) *CONOSUR*. Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/notas/201701/176030-creen-el-que-grupo-criminal-pcc-busca-controlar-el-narcotrafico-en-los-paises-vecinos-productores.html>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

AREVALO, M. Hay 4.000 miembros de las FARC en Venezuela? (2017) *SEMANA*. 15/04/2017. Disponível em: <<http://www.semana.com/opinion/articulo/hay-4000-miembros-de-las-farc-en-venezuela/522149>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ARNAULT, J. Inventario de armas de las FARC superaria las 7.000. (2017) *El Tiempo*. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/cifra-de-las-armas-de-las-farc-entregadas-a-la-onu-72968>>. Acesso em 7 abr. 2017.

ARNAULT, J. Apud GAVIRIA, R. Las FARC tendrian unas 7.000 armas en las zonas veredales. (2017) *El Colombiano*. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/colombia/las-farc-tendrian-unas-7-000-armas-en-las-zonas-veredales-FG6239135>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BAND. PF descobre ligação de cartel colombiano com PCC. *Notícias Band*. (2016) Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000816043/pf-revela-ligacao-de-cartel-colombiano-e-pcc-no-traffic-internacional.html>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

BARGANT, J.; MEJIA, C. (2017) Can Colombia and FARC stumble their way to lasting peace? *World Politics Review*.

BARGENT, J. (2017) Reports show ex FARC criminal cells taking shape around Colombia. *Insight Crime*. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/reports-show-ex-farc-criminal-cells-taking-shape-around-colombia/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BARGENT, J. Time running out for Colombia congress to pass FARC Peace legislation. (2017) *Insight Crime*. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/time-running-out-colombia-congress-pass-farc-peace-legislation/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CLAVEL, T. As ELN peace talks start, a rocky path ahead. (2017) *Insight Crime*. Disponível em: <<http://www.insightcrime.org/news-briefs/eln-peace-talks-start-rocky-path-ahead>>. Acesso em: 7 abr. 2017

CLAVEL, T. Los Urabeños reclutan a disidentes de proceso de paz con FARC. (2017) *Insight Crime*. Disponível em: <<http://es.insightcrime.org/component/content/article?id=8570:urabenos-reclutan-disidentes-proceso-paz-farc-colombia>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CNN. De las 14.000 armas que tiene las FARC, solo se han entregado 140, dicen autoridades. (2017) *CNN*. Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2017/03/22/de-las-14-000-armas-que-tiene-las-farc-solo-se-han-entregado-140-dicen-autoridades/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CONEXIÓN CAPITAL (2017). Naciones Unidas Tiene Inventario de Armas de Farc que Ronda las 14 mil. Disponível em; <<http://conexioncapital.co/naciones-unidas-inventario-armas-farc-ronda-las-14-mil/>>. Acesso em 22 abr. 2017.

CONNABLE, B.; LIBICKI, M. (2010) *How Insurgencies End*. RAND.

CRISIS GROUP (2017). Colombia's armed groups battle for the spoils of the Peace. Report n 63. Crisis Group International. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/colombia/63-colombias-armed-groups-battle-spoils-peace>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CUNNINGHAM, D.; EVERTON, S.; WILSON, G. (2013) *Brokers and Key Players in the internalization of the FARC*. Studies in Conflict and Terrorism. Volume 36. Issue 6.

DÁVILA, A. y CHÁVEZ, J. (2004) Transformación militar en medio de un conflicto agravado. En: Red de Estudios de Espacio y Territorio. Dimensiones territoriales de la guerra y la paz (pp. 197–211). Bogotá, D. C.: Universidad Nacional, RET.

DINERO (2016). Estos Son los Incentivos Económicos para que las FARC Dejen las Armas. Disponível em: <<http://www.dinero.com/pais/articulo/cuanta-plata-ganaran-los-guerrilleros-de-las-farc-con-el-acuerdo-de-paz/231802>>. Acesso em: 20/04/2017.

ECHANDÍA, C. (2004) Evolución reciente de la geografía del conflicto armado colombiano. En: Red de Estudios de Espacio y Territorio. Dimensiones territoriales de la guerra y la paz (pp. 151–181). Bogotá, D. C.: Universidad Nacional, RET.

EL TIEMPO (2017). Masacre en cárceles de Brasil salpica a la mafia colombiana. Disidencia de FARC y Cartel del Golfo, entre los proveedores de cocaine cuya disputa desató matanza. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/justicia/cortes/mafias-de-brasil-en-conflicto-por-proveedores-de-coca-44352>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

AGÊNCIA EFE (2017). Colombia y Brasil profundizan su cooperación para combatir el crimen fronterizo. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/portada/colombia-y-brasil-profundizan-su-cooperacion-para-combatir-el-crimen-fronterizo/20000064-3261664>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

EL NODO (2017). 22 Disidencias de FARC se Acercan Peligrosamente al 10% de los Desmovilizados en Paz. Disponível em: <<http://elnodo.co/brazoarmado>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

ESCHANDÍA, C. (2011) Situación actual de las FARC: un análisis de los cambios en las estrategias y la territorialidad (1990–2011). Fundación Ideas para la Paz.

FEITOSA, M. (2017) Fuzis e metralhadoras das Farc chegaram aos criminosos do Ceará. *Dário do Nordeste*. Disponível em: <<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/mobile/cadernos/policia/fuzis-e-metralhadoras-das-farc-chegaram-aos-criminosos-do-ceara-1.1719318>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FIP (2017). Siete Regiones sin la Presencia de las FARC, ¿Siete Problemas Más? Disponível em: <<http://www.ideaspaz.org/publications/posts/1488>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GALARZA, J. (2017). Colombias's Uribe urges venezuelan military to rebel against Maduro Regime. *PANAM POST*. Disponível em: <<https://panampost.com/david-unsworth/2017/04/20/mother-marches-rages-venezuela-second-day/>>. Acesso: 27/04/2017.

GOI, L. (2017) Brazil's PCC is recruiting FARC dissidents: Colombia Defense Minister. *Insight Crime*. Disponível em: <<http://www.insightcrime.org/news-briefs/brazil-pcc-recruiting-farc-dissidents-colombia-defense-minister>> Acesso em: 07 abr. 2017.

GUARIN, S. (2017) Todos contra el estado. Disponível em: <<http://www.ideaspaz.org/publications/posts/1473>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GUARULLA, L. (2017) Gobernador del estado Amazonas denunció presencia de las Farc en su territorio. Disponível em: <<http://www.noticiasrcn.com/videos/gobernador-del-estado-amazonas-denuncio-presencia-las-farc-su-territorio>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GUÁQUETA, A. (2007). The way back in: reintegrating illegal armed groups in Colombia then and now. *Conflict, Security and Development*. Volume 7. Issue 3. (417-456).

GARAVITO, T. (2016). Peace in Colombia. *New Internationalist*. Issue 497, pp 12-15.

GAVIRIA, R. (2016). Las FARC tendrían 45.000 armas. *El Colombiano*. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/colombia/las-farc-tendrian-45-000-armas-LX4440827>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GAVIRIA, R. (2017) Disidencias y desercciones en las FARC? Cuantos ya no están? *El Colombiano*. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/colombia/paz-y-derechos-humanos/disidencias-y-desercciones-de-las-farc-FX6213575>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

GOBIERNO DE COLOMBIA (2016). Comunicado Conjunto no 76. Acuerdo sobre “Cese al fuego y de hostilidades bilateral y Definitivo y Dejación de Armas”. Disponível em: <<http://es.presidencia.gov.co/noticia/160623-Comunicado-Conjunto-No-76>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GOBIERNO DE COLOMBIA (2016). Acuerdo de Paz. Disponível em: <<http://www.acuerdodepaz.gov.co/acuerdos/acuerdo-final>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GRANADA, S.; RESTREPO J. y VARGAS, A. (2009). El agotamiento de la política de seguridad democrática: evolución y transformaciones recientes en el conflicto colombiano. *Guerra y violencia en Colombia* (pp. 27–124). Bogotá, D. C.: Pontifica Universidad Javeriana.

GRASA, R. (2014) Escenarios pos conflicto en Colombia. Agenda, oportunidades y hja de ruta. Relatoria del Seminario. Instituto Catalán Internacional para la paz.

HERNÁNDEZ, M.; RAMPF, D. (2015) Entrega o Dejeción de Armas: Aportes para Desenredar el Debate. *Cien Días*. Conflicto y Paz. No. 84.

HISAYASU, A. (2016) PCC 10 anos. 2 - O poder geográfico. *Estadão*. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-geografico>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

IGLESIAS, A. (2017). Colombia: effective transitional justice? Center for Latin America and Latin Studies. American University/ Washington/DC. Disponível em: <<https://aulablog.net/2017/12/13/colombia-effective-transitional-justice/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ICBL (2015). International Campaign to Ban Landmines. Disponível em: <<http://www.icbl.org/en-gb/news-and-events/news/2015/colombia-and-farc-agree-on-mine-clearance-deal.aspx>>. Acesso em:

INFOBAE (2018). El 2017 fue el año con menos homicidios en cuatro décadas en Colombia. 26/12/2017. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/colombia/2017/12/26/el-2017-fue-el-ano-con-menos-homicidios-en-cuatro-decadas-en-colombia/>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

INSIGHT CRIME (2018). Ex-FARC Mafia: The New Player in Colombian Organized Crime. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/colombia-organized-crime-news/ex-farc-mafia-new-player-colombian-organized-crime/>> Acesso: 25 mar. 2018.

ISACSON, A. (2016) A three player chess game: Colombia's peace talks with ELN and FARC. *World Politics Review*.

JIMENEZ, T. (2017). Que se cumpla lo prometido y firmado presidente Santos. FARC-EP. Disponível em: <<http://www.farc-ep.co/comunicado/que-se-cumpla-lo-prometido-y-firmado-presidente-santos.html>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

JOHNSON, K. (2017). A wary farewell to arms for the FARC. CRISIS GROUP. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/colombia/wary-farewell-arms-farc>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

JUDICE, D. (2007). Colombia's attempt at peace: an analysis of the demobilization of the Auto-Defensas Unidas de Colombia (AUC). Naval Postgraduate School. Monterrey/CA. Disponível em: <<http://calhoun.nps.edu/public/handle/10945/3589>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

LASUSA, M. (2018). Colombia Election Results Cast Doubt Over Future of FARC Peace Deal. *Insight Crime*. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/brief/colombia-election-results-cast-doubt-future-farc-peace-deal/>>. Acesso: 25 mar. 2018.

LIBICKI, M.; CONNABLE, B. (2010). How insurgencies end. Santa Monica/CA. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND_MG965.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARKS, T. (2002). Colombian Army adaptation to FARC insurgency. *Strategic Studies Institute*. US Army War College.

- MARKS, T. (2007). A model counterinsurgency: Uribe's Colombia (2002-2006) vs FARC. *Military Review*. Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20070430_art010.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- McDERMOTT, J. (2017). FARC Unity Shatters in Colombia. *Insight Crime*. Disponível em: <<http://www.insightcrime.org/news-analysis/farc-unity-shatters-colombia>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- MEIJA, A. *apud* ACOSTA, L. (2017). About 300 rebels from Colombia's FARC have not demobilized, general says. *Reuters*. World News.
- MINDEFENSA (2017). Colombia y Brasil acuerdan enfrentar conjuntamente las amenazas transnacionales en la frontera. 2017. Disponível em: <<https://www.mindefensa.gov.co/irj/portal/Mindefensa/contenido/noticiamdn?idXml=a07924c2-32ca-3410-5eb4-bcca474410e3&date=31002017>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- MONTAÑO, C.; CUETER, N. (2017), ¿Por qué Santos sí pudo dialogar con las Farc? *El Tiempo*. 30 set. 2016. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/procesos-de-paz-en-colombia-44168>>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- MUÑOZ, C. (2015). Dialogos de Paz. Gobierno – FARC-EP y las oportunidades para paz en Colombia. *Estudios Políticos*, 46, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia. pp 243-261.
- OACP (2017). Oficina del Alto Comisionado para la Paz. Gobierno de Colombia. 2017. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/Paginas/OACP/Oficina-Alto-Comisionado-para-la-Paz.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- OIAP (2018). Observatorio del Seguimiento a la Implementación del Acuerdo de Paz. La paz en deuda. 2018. Disponível em: <<https://oiapblog.files.wordpress.com/2018/01/la-paz-en-deuda.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- OSPINA, C.; MARKS, T.; UCKO, D. (2016) Colombia and the war and peace transition. *Military Review*.
- PATERSON, P. (2013). Conflict Resolution in Colombia. Perry Center Occasional Paper. National Defense University. Washington/DC.
- PÉCAUT, D. (2008). Las FARC: Una guerrilla sin fin o sin fines? Bogotá/Colombia. Editorial Norma.
- PÉREZ, J. (2018) Las Alarmas del Empantanado Posconflicto. *Silla Sur*. Disponível em: <<http://lasillavacia.com/silla-sur/las-alarmas-del-empantanado-posconflicto-65281>> Acesso: 26 mar. 2018.
- RAMSEY, G.; BERNARD, S. (2017). Colombia's ELN peace talks explained. WOLA Colombian Peace. Disponível em: <<http://colombiapeace.org/2017/02/07/colombias-eln-peace-talks-explained/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- RCN RADIO (2017). Gobernador de Antioquia denunció que miembros de las Farc están trasladando caletas para evitar desmantelamiento. Disponível em: <<http://www.rcnradio.com/locales/antioquia/gobernador-antioquia-denuncio-miembros-las-farc-estan-trasladando-caletas-evitar-desmantelamiento/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

RCN (2017). Hallan caleta con armas de la disidencia de las Farc en el sur de Colombia. Disponível em: <<http://www.noticiasrcn.com/nacional-regiones-oriente/hallan-caleta-armas-dissidencia-las-farc-el-sur-colombia>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

RCN RADIO (2017). Entre 5% a 7% de los combatientes de las FARC pasaron a disidências: MinDefensa. Disponível em: <<http://www.rcnradio.com/nacional/5-7-combatientes-las-farc-pasaron-dissidencias-mindefensa/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

REYES, G.; MORALES, I. (2010). Venezuela rompe relaciones con Colombia por denuncias ante la OEA. El Nuevo Herald. Disponível em: ><http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article2006995.html>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

RESTREPO, C. (2016). Triunfo del No es una victoria política para Álvaro Uribe. El Colombiano. Disponível em: <http://www.elcolombiano.com/colombia/acuerdos-de-gobierno-y-farc/uribe-ganador-con-el-no-en-el-plebiscito-GK5095190>. Acesso em: 16 abr. 2018.

RESTREPO, J.; SPAGAT, M. y VARGAS, J. (2006). El Conflicto en Colombia: ¿Quién hizo Qué a Quién? Un Enfoque Cuantitativo (1988–2003). En: Gutiérrez, Francisco; Wills, María Emma y Sánchez Gómez, Gonzalo (coords.). Nuestra guerra sin nombre. Transformaciones del conflicto en Colombia (pp. 506–540). Bogotá, D. C.: Norma.

SAAB, B.; TAYLOR, A. (2009).. Criminality and armed groups: A comparative study of FARC and paramilitary groups in Colombia. *Studies in Conflict and Terrorism*. Volume 32. 2009. (455-475). Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10576100902892570#preview>> . Acesso em 24 abr. 2017.

SERAPIÃO, F. (2017). Fornecedor de droga da Família do Norte é ligado às FARC, diz MPF. *Estadão*. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,fornecedor-de-droga-da-familia-do-norte-e-ligado-as-farc-diz-mpf,10000098157>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SEMANA (2017). El Lío de las Caletas de las FARC. Disponível em: < <http://www.semana.com/nacion/articulo/caletas-de-las-farc-seran-gran-desafio-para-la-onu-durante-la-dejacion-de-armas/522856>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SIERRA, J. (2016). La Narcotización del Activism Guerrillera de las FARC y ELN 1998-2012. *Revista UNISCI*. N41.

SOUSA, L.(2017). Tráfico de Armas Deve Ser Alimentado por Ex-Guerrilheiros da FARC. *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/03/05/internas_polbraeco,578219/amp.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

STRATEGIC COMMENTS (2016). Colombia: The fraught end of a long war. *Strategic Comments*, 22:4. IISS.

UN MISSION IN COLOMBIA (2016). What You Need to Know about UN Mission in Colombia. Disponível em: < <https://colombia.unmissions.org/en/what-you-need-know-about-un-verification-mission-colombia>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

UN MISSION IN COLOMBIA (2017). Statement by Jean Arnault, Special Representative of the Secretary-General (SRSG) and Head of the UN Mission in Colombia. UN Mission in Colombia. Disponível em: < <https://unmc.unmissions.org/en/statement-jean-arnault-special-representative-secretary-general-srsg-and-head-un-mission-colombia-0>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

UM NEWS (2017). UM observers conclude FARC Arms Removal Process in Colombia. UN News Centre. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=57366#.WZdwSz6GPIU>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

VANEGAS, E. (2017) Líderes sociales bajo ataque, el caso cauca. FIP. Fundación Ideas para la Paz. Disponível em: <<http://www.ideaspaz.org/publications/posts/1495>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

VALENCIA, L. (2017). 100 días del acuerdo de paz. Fundación Paz y Reconciliación. Disponível em: <<http://www.pares.com.co/columnistas/100-dias-del-acuerdo-de-paz/>> . Acesso em: 10 abr. 2017.

VANGUARDIA (2017). La ONU concluyó desmantelamiento de caletas de armas de las Farc. Disponível em: <<http://www.vanguardia.com/colombia/409715-la-onu-concluyo-desmantelamiento-de-caletas-de-armas-de-las-farc>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

VANGUARDIA (2017). ONU: las armas de las Farc fueron inhabilitadas. 23/09/2017. Disponível em: <<http://www.vanguardia.com/colombia/410456-onu-las-armas-de-las-farc-fueron-inhabilitadas>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

VERDADABIERTA (2017). Disidentes de las FARC no superan el 6%: Joshua Mitrotti. Disponível em: <<https://verdadabierta.com/disidentes-de-las-farc-no-superan-el-seis-por-ciento-joshua-mitrotti/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

WOODY, C. (2017). The last march: Colombia's most notorious rebel group is starting to disarm, but obstacles to peace still loom. *Business Insider. Military and Defense*.

YAGOUB, M. (2016). FARC expels five commanders, revealing extent of rebel fragmentation. *Insight Crime*. Disponível em: <<http://www.insightcrime.org/news-analysis/farc-kicks-out-5-top-commanders-as-crime-corrodes-insurgency>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

YAGOUB, M. (2017). Colombia Prematurely Claims Victory in Fight for Former FARC Turf *Insight Crime*. Disponível em: <<http://www.insightcrime.org/news-analysis/colombia-prematurely-claims-fight-former-farc-territories-already-won>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

YOO, M. (2015). Potential spoilers of the Colombian peace process. In Colombia, understanding conflict. Conflict management program. John Hopkins University. School of Advanced International Studies.

Outras publicações do Instituto Igarapé

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 33 - Citizen Security in Latin America: Facts and Figures
Robert Muggah e Katherine Aguirre Tobón
(Março 2018)

ARTIGO ESTRATÉGICO 32 - A agenda sobre mulheres, paz e segurança no contexto latino-americano: desafios e oportunidades
Renata Avelar Giannini, Ana Paula Pellegrino, Carol Viviana Porto, Luisa Lobato, Maiara Folly e Mariana Gomes da Rocha
(Março 2018)

ARTIGO ESTRATÉGICO 31 - Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação
Paula Drummond e Tamyra Rebelo
(Março 2018)

ARTIGO ESTRATÉGICO 30 - Gênero, justiça e segurança no Brasil e na Colômbia: como prevenir e tratar da violência contra mulheres?
Renata Avelar Giannini, Orlinda Cláudia Rosa de Moraes e Marcelo Diaz
(Março 2018)

ARTIGO ESTRATÉGICO 29 - Migrantes invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil
Maiara Folly
(Março 2018)

ARTIGO ESTRATÉGICO 28 - Salas de Consumo de Drogas: situando o debate no Brasil
Rafael Tobias de Freitas Alloni e Luiz Guilherme Mendes de Paiva
(Outubro 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 27 - Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras
Renata Avelar Giannini, Maiara Folly e Mariana Fonseca Lima
(Agosto 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 26 - A percepção de crianças e adolescentes sobre a segurança e a violência: a aplicação do Índice de Segurança da Criança em uma escola
Renata Avelar Giannini, Maiara Folly, Monica de Cassia Nehrebeck e Willian Vinícius Silva
(Junho 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 25 - O Brasil e o Marco Civil da Internet. O Estado da Governança Digital Brasileira
Daniel Arnaudo
(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 24 - Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido
Eduarda Hamann, Henrique Garbino e Maiara Folly
(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 23 - Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el posconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana (Dezembro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 22 - Durões contra os fracos; fracos frente aos durões: as leis de drogas e a prática da ação policial
Juan Carlos Garzón Vergara
(Outubro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 21 - Infância e Segurança: um estudo sobre a percepção da violência por crianças e adolescentes do Complexo do Muquiço, Rio de Janeiro
Renata A. Giannini, Maiara Folly, Victor Ladeira, Andressa Werneck e Renata Siqueira
(Julho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 20 - Making Cities Safer: Citizen Security Innovations from Latin America
Robert Muggah, Ilona Szabo de Carvalho, Nathalie Alvarado, Lina Marmolejo e Ruddy Wang
(Junho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 19 - Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas
Renata A. Giannini
(Março 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 18 - “When Kids Call the Shots” Children’s perceptions on violence in Recife, Brazil, as per the ‘Child Security Index’
Helen Moestue, Katherine Aguirre e Renata A. Giannini
(Dezembro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 17 - Where is Latin America? Reflections on Peace, Security, Justice and Governance in the Post-2015 Sustainable Development Agenda
Renata A. Giannini
(Outubro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 16 - Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou
Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15 - Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México
Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14 - A ‘Third Umpire’ for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape
David Bruce e Sean Tait
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13 - Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation
Eduarda Passarelli Hamann (org.)
(Janeiro 2015)

- ARTIGO ESTRATÉGICO 12 - Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works
Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho
(Janeiro 2015)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 11 - Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas
Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenn
(Dezembro de 2014)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 10 - Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul
Helen Mostue e Robert Muggah
(Novembro 2014)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 9 - Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira
Renata A. Giannini
(Setembro 2014)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 8 - Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã
Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Ratton, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Risso e Robson Rodrigues.
(Julho 2014)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 7 - Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America
Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho
(Março 2014)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 6 - Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias
Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Janeiro 2014)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 5 - Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional
Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Outubro 2013)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 4 - To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians
Conor Foley
(Agosto 2013)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 3 - Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais
Eduarda Passarelli Hamann
(Janeiro 2013)
- ARTIGO ESTRATÉGICO 2 - A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in Latin America
Gustavo Diniz e Robert Muggah
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1 - Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann

(Maio 2012)

NOTAS ESTRATÉGICAS

NOTA ESTRATÉGICA 29 - Will Cuba Update its Drug Policy for the Twenty First Century?

Isabella Bellezza-Smull

(Dezembro 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 28 - Desafios e Boas práticas para Implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança

Renata Avelar Giannini e Maiara Folly

(Novembro 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 27 - À Margem do Perigo: preparo de civis brasileiros para atuação em países instáveis

Eduarda Passarelli Hamann

(Junho 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 26 - Haitian Women's Experiences of Recovery from Hurricane Matthew

Athena Kolbe, Marie Puccio, Sophonie M. Joseph, Robert Muggah e Alison Joersz

(Junho 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 25 - The Future of United Nations Peacekeeping Operations from a Brazilian Perspective (implementing the HIPPO report)

Eduarda Hamann and Adriana Erthal Abdenur

(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 24 - Em Busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança

Maiara Folly e Renata Avelar Giannini

(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 23 - Filling the accountability gap: principles and practices for implementing body cameras for law enforcement

Robert Muggah, Emile Badran, Bruno Siqueira e Justin Kosslyn

(Novembro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 22 - Latin American Dialogue on International Peace and Security

Reviewing the prospects for peace operations, peacebuilding and women, peace and security

(Maio 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 21 - Assessing Haiti's Electoral Legitimacy Crisis – Results of a 2016 Survey

Athena R. Kolbe e Robert Muggah

(Fevereiro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 20 - Impact of Perceived Electoral Fraud on Haitian Voter's Beliefs about Democracy

Athena R. Kolbe, Nicole I. Cesnales, Marie N. Puccio e Robert Muggah

(Novembro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 19 - A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)

Eduarda Passarelli Hamann
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality

Renata A. Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil

Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic

Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah (Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi

Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka
(Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas

Ilona Szabó de Carvalho
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - A Inserção de Cíveis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios

Renata Avelar Giannini
(Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão

Juan Carlos Garzón Vergara
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential

Athena R. Kolbe, Keely Brookes and Robert Muggah
(Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?
Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e Robert Muggah
(Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes
Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz e Marina Motta
(Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's coming food crisis
Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah
(Dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in Unstable Settings
Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite
(Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica Brasileira
Iara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann
(Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis
Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite
(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)
Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio
(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys
(Aug 2011 - Feb 2012)
Athena R. Kolbe e Robert Muggah
(Março 2012)



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.

Instituto Igarapé

Rua Miranda Valverde, 64

Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

Rua Miranda Valverde, 64
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
[facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br